



Estado do Piauí  
Gabinete do Governador  
Palácio de Karnak

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 28 / 04 / 2016

*[Assinatura]*  
1º Secretário

MENSAGEM Nº 27 /GG

Teresina (PI), 18 de ABRIL de 2016.

A Sua Excelência, o Senhor  
Dep. **THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
**NESTA CAPITAL**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR TOTALMENTE** o Projeto de Lei de iniciativa parlamentar que "*Dispõe sobre a inserção do tipo sanguíneo e o fator RH, na cédula de identidade, na forma que menciona.*", pelas razões a seguir esposadas.

O Projeto de Lei estadual veicula norma de proteção e defesa da saúde pública, de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, a teor do art. 24, XII, da Constituição Federal. De acordo com os §§ 2º e 3º do citado dispositivo, cabe a União estabelecer as normas gerais, e os demais entes federados a competência suplementar.

Assim, a Constituição Federal impõe aos Estados, Distrito Federal e os Municípios a observância do quanto disciplinado pela União sobre a matéria.

No âmbito federal, o art. 3º, da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que "*Assegura validade nacional as Carteiras de Identidade regula sua expedição e dá outras providências*", relaciona os elementos que a Carteira de Identidade deverá conter obrigatoriamente e o art. 4º faculta a inclusão de outros dados no documento, desde que seja solicitado pelo interessado. O rol de informações foi ampliado pela Lei Federal nº 9.049, de 18 de maio de 1995, que assim dispõe:

"Art. 1º Qualquer cidadão poderá requerer à autoridade pública expedidora o registro, no respectivo documento pessoal de identificação, do número e, se for o caso, da data de validade dos seguintes documentos:

1. Carteira Nacional de Habilitação;
2. Título de Eleitor;
3. Cartão de Identidade do Contribuinte do Imposto de Renda;
4. Identidade Funcional ou Carteira Profissional;
5. Certificado Militar.

*[Assinatura]*

20 / 04 / 16  
PARA LEITURA EM EXPEDIENTE  
*[Assinatura]*  
Emanuelito de Oliveira Costa  
Secretário Geral da Mesa



**Estado do Piauí**  
**Gabinete do Governador**  
**Palácio de Karnak**

*Art. 2º Poderão, também, ser incluídas na Cédula de Identidade, a pedido do titular, informações sucintas sobre o tipo sanguíneo, a disposição de doar órgãos em caso de morte e condições particulares de saúde cuja divulgação possa contribuir para preservar a saúde ou salvar a vida do titular." (grifo nosso)*

Verifica-se, assim, que o art. 2º, da Lei Federal nº 9.049/1995 prevê autorização para que as autoridades públicas expedidoras, precisamente órgãos estaduais responsáveis pela emissão das Carteiras de Identidade, registrem, informações relativas ao tipo sanguíneo e ao fator RH nos documentos pessoais de identificação, desde que solicitado pelo interessado.

Em que pese a importância da iniciativa parlamentar, o Projeto de Lei estadual estabeleceu uma obrigação genérica para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí sem atentar para o regramento previsto no art. 2º, da Lei Federal nº 9.049/1995, que **faculta a inclusão** de informações sucintas sobre o tipo sanguíneo no documento pessoal de identificação, **somente quando solicitado pelo interessado**.

Sem embargo, a Constituição Estadual prevê o dever de veto nos seguintes termos:

*"Art. 78. omissis..."*

*§ 1º O Governador, se considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, deverá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.*

*§ 2º - omissis..."*

Por todo o exposto, nos termos do art. 22, incisos I e XXV, da Constituição Federal, resolvo **VETAR TOTALMENTE** o presente Projeto de Lei, entendendo-o inconstitucional e contrário ao interesse público, o qual, por determinação constitucional, compete a mim avaliar.

Senhor Presidente, são essas as razões que me levaram a vetar este Projeto de Lei, as quais submeto à elevada consideração dos Senhores membros dessa augusta Assembleia Legislativa.



**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**  
GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ